

A participação brasileira na Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a estabilização da República Centro-Africana: um estudo sobre sua viabilidade geopolítica

The brazilian participation in the United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central-African Republic: a study concerning its geopolitical viability

Resumo: Recentemente, o governo brasileiro foi consultado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e tem realizado estudos no sentido de participar da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a estabilização da RCA (MINUSCA) com envio de tropas. Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo analisar a questão centro-africana, concluindo sobre sua influência na geopolítica brasileira para a África. Inicialmente, foi analisada a questão centro-africana. Em seguida, foram descritas as principais ações geopolíticas do Brasil para a África, conforme preconiza a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e as diretrizes de política externa do Ministério das Relações Exteriores. Por fim, relacionou-se a questão centro-africana com as ações geopolíticas do Brasil na África, a fim de se solucionar o problema proposto e no intuito de avaliar a viabilidade da participação de tropas brasileiras na MINUSCA, sob a ótica da geopolítica.

Palavras-chave: República Centro-Africana. Operações de paz. ONU. Geopolítica. África Ocidental.

Abstract: Recently, the Brazilian government has been consulted by the United Nations (UN) and has been performing assessments in order to participate in the United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic (MINUSCA) with troops. In this context, this paper aims at analyzing the Central African issue, concluding over its influence in the Brazilian geopolitics to Africa. Firstly, the Central African issue was analyzed. Subsequently, the main Brazilian geopolitical actions in Africa were described, according to the National Defense Policy, the National Defense Strategy and the guidelines of foreign policies of the Foreign Affairs Ministry. Finally, the Central African issue and the Brazilian geopolitical actions in Africa were interrelated, to answer the problem proposed and in order to assess the viability of the participation of Brazilian troops in MINUSCA, based on geopolitical matters.

Keywords: Central-African Republic. Peacekeeping operations. UN. Geopolitics. Western Africa.

Victor Almeida Pereira

Exército Brasileiro, Academia Militar das
Agulhas Negras (AMAN).

Resende, RJ, Brasil.

victoralmeida.pereira@eb.mil.br

Recebido em: 16 jul. 2018

Aprovado em: 26 fev. 2019

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-489 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



1 Introdução

A República Centro-Africana (RCA) é uma antiga colônia francesa situada no interior da África, que conquistou sua independência em 1960. Desde a sua emancipação, o país passou a ser governado por uma série de governos autocráticos, que contribuíram para a atual instabilidade na região.

Porém, a raiz da crise na RCA reside na política francesa de assimilação, a qual norteou toda a administração colonial da então África Equatorial Francesa (KAH, 2016, p. 42). Por meio dela, a metrópole formava aristocracias locais, dotadas de privilégios que, em contrapartida, colaboravam com os colonizadores, acarretando, assim, numa etnicização do Estado pós-independência, pois as elites passaram a privilegiar suas etnias no exercício da política. Tal situação, até os dias atuais, constitui uma das principais causas de conflitos que assolam o país.

Contudo, outras razões podem ser elencadas para explicar o atual conflito na RCA. Abdenur e Kuele (2017, p. 1) afirmam que

a violência no país é recorrente, envolvendo raízes históricas, tais como a disputa por gado e o controle da exploração de diamantes, o descontentamento de minorias e a ausência de um Estado. Essas características interagem com um panorama extremamente dinâmico desde 2013, cujas causas mais imediatas estão relacionadas à rápida fragmentação e reconfiguração de grupos armados ilegais, especialmente a ex-coalizão Seleka e as milícias anti-Balaka, adquirindo dimensões sectárias. A combinação desses elementos históricos e contemporâneos leva a um cenário de alta imprevisibilidade e gera desafios para a sustentação da paz.

O agravamento da crise na RCA ensejou o desdobramento de diversas missões de paz da ONU, sendo as mais recentes: a Missão das Nações Unidas para a RCA (MINURCA) (1997 a 2000), o Escritório Integrado das Nações Unidas para a construção da paz na RCA (BINUCA) (2010), a Missão Internacional de Apoio à RCA (MISCA) (2013) e, mais recentemente, a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização da RCA (MINUSCA) (2014 até os dias atuais) (UNITED NATIONS, 2014).

A MINUSCA atualmente conta com mais de dez mil militares, mil e oitocentos policiais, além do componente civil da missão (UNITED NATIONS, 2014). Dentro do componente militar, há oficiais das forças armadas brasileiras em funções de observador e de estado-maior, porém a tropa é constituída predominantemente por forças armadas da União Africana e da União Europeia. No entanto, recentes escândalos envolvendo militares da ONU na RCA geraram desgaste à imagem da tropa perante a população local e a comunidade internacional, o que tem afetado a credibilidade da missão (GIELOW, 2017a).

Paralelamente, o Brasil encerrou sua participação com tropa na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH)¹ em 15 de outubro de 2017 e, em razão do suces-

1 A MINUSTAH foi instituída no Haiti, conforme a Resolução nº 1542, do Conselho de Segurança da ONU, de 30 de abril de 2004 (UNITED NATIONS, 2004), após a crise instaurada no país, com a renúncia do então presidente Jean Bertrand Aristide. O componente militar da missão esteve sob comando do Brasil, o qual também possuía o maior efetivo de tropas no país, o que lhe conferiu relevante projeção internacional.

so de sua atuação no país caribenho, tem sido sondado pela ONU para enviar tropas para outras missões na África, sendo um dos destinos possíveis a RCA (GIELOW, 2017b).

Todavia, tem-se questionado a relevância da participação brasileira na MINUSCA, na medida em que a RCA não faz parte do entorno estratégico brasileiro (África Ocidental) (FREITAS, 2004) e pelo fato de que o Brasil não estaria em condições de arcar com o ônus financeiro de mais uma missão de paz. Segundo informações governamentais, o Brasil gastou, ao todo, cerca de dois bilhões e quinhentos milhões de reais em sua participação da MINUSTAH, sendo reembolsado em apenas novecentos e trinta milhões de reais pela ONU (GARBIN, 2017).

Nesse contexto, a presente pesquisa visa a responder ao seguinte questionamento: em que medida a questão centro-africana influencia a geopolítica brasileira para a África? Espera-se, com a resposta a esse problema, concluir sobre a viabilidade de envio de tropas brasileiras para a RCA, sob o viés geopolítico.

A Constituição Federal de 1988 preconiza em seu artigo 4º que o Brasil se rege nas suas relações internacionais por diversos princípios, dentre eles, a solução pacífica de conflitos e a defesa da paz (BRASIL, 2011), evidenciando a preocupação da política externa brasileira com as iniciativas para a paz mundial, incluindo as operações de paz.

Historicamente, o Brasil contribuiu para muitas missões de paz, desde a vigência da Liga das Nações até os dias atuais. A presença de um oficial da Marinha do Brasil na Comissão da Liga das Nações que gerenciou o conflito entre Colômbia e Peru entre 1933 e 1934 marca o início da participação brasileira nessas operações (RIBEIRO, 2014). Já entre 1947 e 1951, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil enviou dois oficiais para os Bálcãs (RIBEIRO, 2014), demonstrando que o país é um contribuinte histórico para as Nações Unidas. Desde a criação da ONU, em 1945, o Brasil já participou de quatorze operações de paz, sendo a MINUSTAH no Haiti a mais relevante em termos de efetivo empregado (mais de mil militares por contingente).

Sendo assim, a pesquisa se justifica, pois, um estudo sobre a viabilidade do emprego de forças de paz brasileiras na RCA é um assunto de interesse nacional, na medida em que um dos objetivos nacionais de defesa (OND), conforme consta na Política Nacional de Defesa, é “contribuir com o incremento da projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais” (BRASIL, 2012, p. 13). Desse modo, intensificar a participação brasileira em operações internacionais contribuiria com esse OND (BRASIL, 2012).

Cabe ressaltar que se trata de um artigo de revisão bibliográfica e documental, cujo objetivo geral é analisar a questão centro-africana, concluindo sobre sua influência na geopolítica brasileira para a África. Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: analisar a problemática centro-africana; descrever as principais ações geopolíticas do Brasil para a África na atualidade; relacionar a questão centro-africana com as ações geopolíticas do Brasil na África; e avaliar a viabilidade da participação brasileira na MINUSCA, sob a ótica da geopolítica.

Em função da perspectiva qualitativa dessa pesquisa, foram adotadas duas variáveis teóricas: a geopolítica brasileira para a África (variável dependente); e a questão centro-africana (variável independente). Nesse sentido, pretende-se verificar em que medida cada um dos fatores da variável independente exerce influência sobre as principais ações geopolíticas brasileiras atualmente em curso na África.

2 A questão centro-africana

O processo de descolonização nas regiões da África sob o domínio da França se acentuou consideravelmente após a Segunda Guerra Mundial. A autodeterminação dos povos, reforçada pela recém-criada ONU, e o enfraquecimento econômico das potências europeias no pós-guerra foram fatores preponderantes para fomentar os anseios de independência dos países africanos (ARRUDA, 1988).

A França, na tentativa de manter seus domínios, desenvolveu uma política de assimilação que visava à criação de elites afrancesadas nas colônias, dotadas de todos os privilégios dos cidadãos franceses, ao passo que grande parcela da população se mantinha não integrada e servilmente explorada (ARRUDA, 1988; KAH, 2016).

Assim, mesmo com algumas concessões dadas pela Constituição francesa de 1946, o desencadeamento dos movimentos de libertação nas colônias foi inevitável, sendo muitos, inclusive, marcados pela violência (ARRUDA, 1988; BOUITY, 1996).

A RCA se tornou independente da França em 13 de agosto de 1960, sob a presidência de David Dacko, o qual durante seu mandato tornou o seu partido, o *Mouvement d'Evolution Sociale de l'Afrique Noire* (MESAN)², o único legalmente instituído no país. Com isso, passou a favorecer seus apoiadores, criando cargos políticos e elevando seus salários, contribuindo para o descontentamento da população e para agravar a situação econômica do país (BOUITY, 1996; GILES-VERNICK; O'TOOLE; KAH, 2016; VAN HOOGSTRATEN, 2017).

O sectarismo político e as sucessivas crises econômicas no país, gerados em grande parte pela mentalidade política desenvolvida com a assimilação da época colonial, contribuíram para o agravamento da estabilidade da RCA, a qual sofreu inúmeros golpes de Estado (GIROUX; LANZ; SGUAITAMATTI, 2009), que acarretaram, até os dias atuais, no comprometimento da infraestrutura local, no esvaziamento dos investimentos econômicos no país e no aumento da crise política e institucional.

Mais recentemente, em 2005, após a eleição do General François Bozizé para a presidência da RCA, conflitos entre forças do governo e rebeldes no norte do país ocasionaram uma fuga de dezenas de milhares de civis para o Chade (GIROUX; LANZ; SGUAITAMATTI, 2009). Ao mesmo tempo, os embates em Darfur passaram a afetar diretamente a região, a qual também passou a ser alvo de violência oriunda daquela região. Enquanto isso, no sul do país, grupos rebeldes de Uganda, notadamente o *Lord's Resistance Army* (LRA)³, também violavam o território da RCA, após uma ofensiva empreendida pelo governo ugandense contra os grupos, gerando mais problemas de segurança para a população centro-africana (GILES-VERNICK; O'TOOLE; VAN HOOGSTRATEN, 2017).

Em 2012, após prisões arbitrárias realizadas por Bozizé, sob o pretexto de um possível golpe de Estado em curso, surgiu a coalizão rebelde intitulada *Seléka*, composta por muçulmanos

2 O partido Movimento para a Evolução Social da África Negra (MESAN) foi fundado em 1946 por Barthélemy Boganda. O MESAN exerceu o controle da primeira assembleia territorial da RCA, em 1957, e foi o partido do primeiro presidente do país, David Dacko (GILES-VERNICK; O'TOOLE; VAN HOOGSTRATEN, 2017).

3 O LRA é um grupo militante liderado por Joseph Kony que travou uma guerra contra o governo de Uganda e os países vizinhos, a partir da década de 1980 (BUNTING, 2011).

do nordeste do país, tendo como líder Michel Djotodia. As causas para o surgimento dos *Seléka* seriam a corrupção do governo, questões étnicas e religiosas – na medida em que os muçulmanos não se sentiam representados politicamente – e a incompetência governamental em promover o desenvolvimento do país (CAMPOS *et al.*, 2016; KAH, 2016).

Mesmo após um acordo de paz entre os rebeldes e o governo, em 2013, o grupo *Seléka* depôs Bozizé, assumindo a presidência Michel Djotodia. Contudo, em razão da crise econômica, Djotodia não possuía recursos para financiar os *Seléka* e, com isso, não conseguiu manter a coesão do grupo rebelde, o qual era formado, em grande parte por estrangeiros, que dependiam das divisas recebidas no grupo para sua subsistência. Como não tinham condições de retornar aos seus países de origem, passaram a se sustentar no cometimento de saques à população local (CAMPOS *et al.*, 2016). Tal situação ocasionou o surgimento de milícias cristãs denominadas *Anti-balaka*, as quais tinham por objetivo combater os *Seléka* (CAMPOS *et al.*, 2016).

Perante o caos gerado pelos conflitos entre cristãos e muçulmanos, a ONU autorizou diversas intervenções entre dezembro de 2013 e os dias atuais, sendo a última, a MINUSCA, no intuito de conter a violência sectária, evitando assim que o conflito se transformasse em genocídio (UNITED NATIONS, 2014).

Cabe ressaltar que a ONU e outras organizações regionais e internacionais, antes de 2013, já haviam realizado diversas intervenções no país, no intuito de garantir a estabilidade na região. O Quadro 1, a seguir, mostra as principais intervenções externas ocorridas na RCA:

Quadro 1 - Intervenções externas na RCA

MISSÃO	PERÍODO	LIDERANÇA
MINURCA	1998-2000	ONU
BONUCA	2000-2009	ONU
FOMUC	2003-2008	CEMAC*
EUFOR Tchad/RCA	2007-2009	UE
MINURCAT	2007-2010	ONU
MICOPAX	2008-2013	CEEAC**
BINUCA	2009-2014	ONU
Operação SANGARIS	2013-2016	França
MISCA	2013-2014	União Africana
EUFOR RCA	2014-2015	UE
MINUSCA	2014-presente	ONU

*Comunidade Econômica e Monetária dos Estados Africanos Centrais (CEMAC) (KAH, 2016).

**Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) (KAH, 2016).

Fonte: ABDENUR; KUELE, 2017

Soma-se aos fatores de instabilidade no país o fato de suas forças armadas não terem capacidade estrutural para fazer frente ao conflito entre as facções rivais. A RCA conta com um exército pouco numeroso, um serviço de aeronáutica e uma polícia nacional, sendo que o serviço militar não é obrigatório (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2017). Além disso,

várias rebeliões internas nas forças armadas e a dificuldade na reintegração de ex-combatentes retratam a desestruturação das instituições militares (MARQUES, 2015). Desse modo, com poucos reservistas, revoltas internas e falta de recursos para sustentar uma força armada compatível com suas necessidades, o país é altamente dependente das forças da ONU para manter sua estabilidade e segurança.

Até o início de 2015, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) havia estimado que o número de refugiados chegava a quatrocentos e cinquenta e um mil. Já o número de deslocados internos, no começo de 2017, beirava os seiscentos mil (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2017), o que, para uma população aproximada de cinco milhões e seiscentas mil pessoas, é um número bastante expressivo.

Ainda, referente à situação psicossocial da RCA, cabe destacar que o país conta com mais de 80 grupos étnicos, cada um com seus respectivos idiomas e culturas. Ademais, existem diferentes grupos religiosos no país, sendo 35% da população inclinada a cultos indígenas, 25% ao protestantismo, 25% ao catolicismo e 15% ao islamismo (ALUSALA, 2007 *apud* KAH, 2016). Dessa maneira, a diversidade religiosa e sociocultural existente no país constitui-se em fator que potencializa os conflitos internos (BOUITY, 1996), o que fica bastante evidente nos últimos conflitos que têm ocorrido entre os *Seléka* e os *Anti-balaka*.

A economia do país é basicamente dependente da agricultura de subsistência, da extração de madeira e da mineração, principalmente de diamantes, ouro, cobre e urânio (KAH, 2016), o que torna a RCA um país possuidor de recursos naturais com potencial para gerar conflitos. Relata Marques (2015) que boa parte do fraco desenvolvimento econômico do país se deve à exploração ilegal de recursos naturais, às infraestruturas precárias e à prioridade dada somente à capital, o que provocou graves desigualdades sociais.

Sendo assim, em que pese a RCA ser membro da CEMAC e da CEEAC e ser possuidora de grande quantidade de reservas minerais (KAH, 2016), o contrabando desses recursos, a falta de infraestrutura de transportes e a inexistência de saída para o mar (somente através de portos fluviais) dificultam o escoamento da produção do país, comprometendo, pois, o desenvolvimento econômico da RCA (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2017).

Sendo assim, pode-se concluir parcialmente que a falência do Estado na RCA é um fator de desestabilização regional na África. Os conflitos eclodidos no país têm gerado uma crise humanitária que afeta diretamente os países vizinhos, com um número crescente de refugiados. Ademais, a violência na região, agravada pelo fluxo de refugiados e pela incapacidade das forças armadas, tem extrapolado os limites fronteiriços, afetando outras nações adjacentes, inclusive as da África Ocidental, que compõem o entorno estratégico brasileiro.

3 A geopolítica brasileira para a África

A palavra “geopolítica” surgiu pela primeira vez nos escritos do professor e jurista sueco Rudolf Kjellén, em 1899. Para Kjellén, geopolítica consiste na “ciência do Estado enquanto organismo geográfico, tal qual se manifesta no espaço” (CHAUPRADE, 2001 *apud* BRAGA, 2011, p. 147).

Nesse contexto, a partir da década de 1920, surgiram estudos pioneiros de geopolítica no Brasil, figurando como destaques os trabalhos produzidos por Everardo Backheuser, Delgado de

Carvalho e Mário Travassos⁴, cujos enfoques eram, sobretudo, a consolidação do território nacional e a projeção do país no continente sul-americano (FREITAS, 2004).

Foi, no entanto, com os estudos de Golbery do Couto e Silva⁵ que o continente africano ganhou maior relevância para a Escola Geopolítica Brasileira. Em sua teoria dos hemisférios, Golbery definiu duas circunferências concêntricas que delimitavam regiões consideradas imprescindíveis à segurança nacional do Brasil. O hemisfério interior, particularmente, abrangia aquilo que hoje se entende como o entorno estratégico brasileiro, do qual fazem parte o Atlântico Sul e a África Ocidental (ou Atlântica) (FREITAS, 2004; NASCIMENTO, 2016), evidenciando a importância daquele continente para o Brasil. Por sua vez, o hemisfério exterior englobava o restante da África, a Europa e a Ásia, sendo considerado por Golbery como sendo o “hemisfério perigoso”, de onde surgiriam as potenciais ameaças à segurança nacional. A figura 1, a seguir, mostra os hemisférios golberianos:

Figura 1 - A América do Sul e os hemisférios interior e exterior



Fonte: Silva (1981 *apud* NASCIMENTO, 2016)

Na mesma linha de pensamento de Golbery, o General Carlos de Meira Mattos⁶ deu ênfase, em seus estudos, à projeção mundial do Brasil, sendo o Atlântico Sul e a África regiões

4 Para Travassos (1938), a projeção continental do Brasil decorre da neutralização do poder concêntrico da bacia platina, da força de atração do Amazonas e da capacidade coordenadora do litoral atlântico.

5 Ambientados na conjuntura da Guerra Fria, os estudos internacionais de Golbery se centraram, sobretudo, na contenção da ameaça soviética. Para ele, os objetivos geopolíticos internacionais do Brasil, frente a essa ameaça, seriam combater o subdesenvolvimento, através de um alinhamento com os Estados Unidos; vigiar a África Atlântica, tanto contra a subversão, quanto contra possíveis avanços soviéticos; e fortalecer o pan-americanismo (CARVALHO, 2010).

6 Enquanto Travassos e Golbery referiam-se ao Brasil como potência regional sul-americana, devido ao fato de suas fronteiras terrestres terem quase o dobro da extensão litorânea, Meira Mattos vai mais além, em suas teses geopolíticas, e defende a hipótese de um país potência mundial, fundamentalmente marítimo, pois sua população está mais concentrada na costa atlântica (VIEIRA, 2006).

que naturalmente seriam prioritárias à geopolítica brasileira, em face do próprio determinismo geográfico. Para ele, “a vantagem da nossa maritimidade estará sempre assentada numa respeitável presença estratégica no Atlântico Sul” (MATTOS, 2000).

Dentro da concepção estratégica de Nicholas Spykman de contenção do expansionismo soviético, assim como Golbery, Meira Mattos defendia a criação de um sistema de defesa coletivo no Atlântico Sul, com a participação de países da África Ocidental, integrado à estrutura de defesa do Ocidente como um todo (GABRIEL, 2012), reforçando que a região era vital para a segurança nacional brasileira. A figura 2, a seguir, mostra a projeção geoestratégica do Brasil segundo Meira Mattos e demonstra a importância do Atlântico Sul e do oeste do continente africano para a geopolítica brasileira:

Figura 2 - Projeção geoestratégica do Brasil segundo Meira Mattos



Fonte: Mattos (2000)

Apesar de, historicamente, ter havido períodos de oscilação nas relações bilaterais Brasil-África, sobretudo na época da descolonização daquele continente (ASSIS, 2011), na atualidade, a política externa brasileira reconhece a relevância da África e do Atlântico Sul para a projeção do país no cenário internacional, não somente no campo da defesa, mas também no âmbito econômico e comercial (BRASIL, 2017), alinhando-se com os pressupostos teóricos da Escola Geopolítica Brasileira.

A importância crescente do petróleo e do gás natural na economia mundial dá especial destaque às recentes bacias petrolíferas descobertas na costa dos países banhados pelo Atlântico Sul (NEVES, 2015). Ademais, pesquisas apontam que essa importante região oceânica possui recursos de elevado valor econômico, como ferro, manganês e sulfetos polimetálicos, sobretudo no entorno dos arquipélagos de São Pedro e São Paulo e da ilha de Trindade (BROZOSKI; PADULA, 2016).

Dentre os principais objetivos brasileiros no Atlântico Sul destacam-se: a manutenção da integridade do patrimônio nacional que inclui, além do mar territorial e patrimonial, as águas, solo e subsolo da plataforma continental; a garantia de livre-trânsito para o comércio exterior brasileiro; e a exploração das potencialidades econômicas, que inclui recursos naturais e intercâmbio comercial; projeção que garanta a vigilância sobre as linhas de comunicação marítima que dão acesso ao território brasileiro (COUTO, 1999 *apud* COSTA, 2013, p. 4).

Diante, pois, das condicionantes geopolíticas apresentadas, constata-se que algumas iniciativas atuais das relações internacionais brasileiras estão diretamente relacionadas ao determinismo de espaço e posição entre Brasil e África, dentre as quais se destacam: a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), os fóruns multilaterais IBAS e BRICS e a participação brasileira em missões de paz nos países da África.

A ZOPACAS foi criada em 1986, por meio da Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, com a finalidade de se promover no Atlântico Sul a cooperação regional, o desenvolvimento social e econômico de seus membros, a conservação mútua dos recursos naturais e a manutenção da paz e da segurança na região (UNITED NATIONS, 1986). O estabelecimento de uma zona livre de conflitos no sul do Atlântico interessa a todos os países-membros, posto que permite o comércio internacional marítimo com riscos mínimos à segurança, contribuindo assim para o incremento da economia regional.

Por sua vez, os fóruns IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) também evidenciam a intenção de aproximação do Brasil com a África do Sul. Cabe ressaltar o valor estratégico desse país para o Brasil (BRASIL, 2017), porquanto sua zona costeira constitui rota de passagem do Atlântico para o Índico, por meio do Cabo da Boa Esperança. Desse modo, o estreitamento dos laços diplomáticos entre os dois países permite ao Brasil estender seu comércio ao outro lado do continente africano e à Ásia, alavancando a projeção geopolítica do país para além de seu entorno estratégico.

Já o aumento da participação brasileira em missões de paz na África elevaria a inserção do Brasil naquele continente e contribuiria com a mitigação de conflitos regionais (BRASIL, 2012). Uma África estável traria também maior estabilidade ao Atlântico Sul e à porção Ocidental do continente, regiões que se apresentam como limite de segurança do Brasil (MATTOS *apud* FREITAS, 2004).

A respeito da extrapolação de conflitos da África Central para o restante do continente, argumentam Migon e Santos (2013, p. 8):

A presença de enormes jazidas de ouro, diamantes e metais raros (em especial columbita e tantalita) alimenta a dinâmica de conflitos na região, tendo envolvido cinco países e vários grupos guerrilheiros na guerra civil de 1998-2003, também conhecida como a “Guerra Mundial da África”.

Aguilar (2015) reforça ainda que participar em missões de paz tem relação com projeção de poder, consecução de objetivos da política externa, incremento da estratégia de dissuasão, fortalecimento dos laços com os países amigos, prestação de auxílio humanitário sob o prisma

da não-indiferença, presença nos entornos estratégicos prioritários para o Brasil (como a África Atlântica) e apoio a uma maior inserção do país no processo decisório internacional de segurança.

Vale enfatizar que o transporte marítimo brasileiro é responsável por grande parte de suas relações comerciais, o que reforça a relevância de uma região pacífica no sul do Atlântico, na medida em que a interdependência econômica dos países aumentou sobremaneira com a globalização (BRASIL, 2012; NEVES, 2015; NYE Jr, 1988).

Em síntese, depreende-se que a estabilidade e o desenvolvimento da África, sobretudo de sua porção ocidental, interessam à geopolítica brasileira, em razão da importância estratégica do Atlântico Sul para a defesa (fronteira leste brasileira) e para o comércio exterior do Brasil, reforçando as assertivas da Escola Geopolítica Brasileira.

4 Impacto da problemática centro-africana para a geopolítica do Brasil no continente africano

Se por um lado, a RCA não faz parte do entorno estratégico do Brasil, por outro, ela está contida no “hemiciclo perigoso” de Golbery. Porém, deve-se ter em mente que o contexto em que foi desenvolvida a teoria dos hemiciclos era caracterizado pela Guerra Fria, na qual o Oriente (representado fortemente pela então União Soviética) encontrava-se na zona de influência comunista, enquanto que os governos ocidentais estavam na esfera de influência dos Estados Unidos.

Em que pese a conjuntura atual ser distinta da década de 1950, a teoria golberiana ainda se aplica, sobretudo no que se refere à delimitação dos espaços de interesse nacional, ou seja, na definição do entorno estratégico brasileiro. Além disso, o Atlântico Sul continua sendo uma região importante para a expressão econômica do poder nacional, já que é uma área que concentra grande parte do escoamento comercial do Brasil (BRASIL, 2012; NEVES, 2015) e que é rica em recursos naturais estratégicos (BROZOSKI; PADULA, 2016; COUTO, 1999 *apud* COSTA, 2013), o que reforça a validade dos hemiciclos golberianos e das afirmações de Meira Mattos para explicar grande parte da projeção internacional do Brasil na atualidade, particularmente no tocante à África Ocidental e ao sul do Atlântico.

Portanto, constata-se que uma instabilidade no hemiciclo exterior repercute no hemiciclo interior, principalmente caso as razões do problema estejam nas adjacências da circunferência interior, a qual define o entorno estratégico brasileiro. Nesse sentido, percebe-se que o conflito na RCA afeta as nações vizinhas da África Atlântica, como Camarões, Congo e República Democrática do Congo (RDC), mormente se o fluxo de refugiados crescer na direção do Atlântico. Destaca-se que esses países compõem a ZOPACAS e que uma crise humanitária que extrapole as fronteiras da RCA pode afetar uma região importante para a geopolítica brasileira.

No que se refere especificamente à África do Sul, a qual possui importância estratégica para o Brasil (BRASIL, 2017), como se pode inferir pela composição do IBAS e do BRICS, verifica-se que, pela distância da RCA, a crise naquele país não afeta diretamente a África do Sul. Entretanto, ela se soma a diversos outros conflitos no continente africano como os existentes no Sudão do Sul, Somália, Mali, RDC, Libéria e Saara Ocidental, formando um verdadeiro cinturão de instabilidade na região, gerando efeitos, assim, em toda a África. Sendo assim, uma

África do Sul afetada por mais uma fonte de conflito em seu entorno pode impactar negativamente nas ações geopolíticas brasileiras, sobretudo, por duas razões: a primeira, pois a África do Sul exerce uma liderança regional no continente africano e, por isso, consiste em elemento-chave na estabilidade da África; e a segunda, porque o país é componente da ZOPACAS e uma região conflituosa no continente que afeta a África do Sul pode comprometer toda a segurança e a manutenção da paz no bloco.

Quanto à participação brasileira em missões de paz na África, pode-se afirmar que as iniciativas de estabilização do continente africano são bastante positivas para a geopolítica brasileira (AGUILAR, 2015), uma vez que a África é o limite leste para a segurança do Brasil (MATOS *apud* FREITAS, 2004; BRASIL, 2012). Sendo assim, independentemente do local na África, essas participações devem ser incrementadas pelo efeito positivo que geram na projeção geopolítica do Brasil e na estabilização do entorno estratégico brasileiro.

Ademais, outros benefícios podem advir de uma maior inserção do Brasil no centro da África, sobretudo nos campos político e econômico. Stuenkel (2017), ao defender a participação do Brasil na MINUSCA, afirma que os países desenvolvidos já se mostraram incapazes de, sozinhos, solucionar os inúmeros conflitos internacionais, sendo imprudente deixar o futuro da ordem global nas mãos de poucos.

Essa declaração se alinha com o multilateralismo defendido pela política externa brasileira (BRASIL, 2017), bem como vai ao encontro das diretrizes da atual Política Nacional de Defesa (PND) (BRASIL, 2012), no que se refere ao aumento na participação brasileira em operações internacionais.

Uma política externa assertiva é fundamental para fazer frente aos problemas domésticos, em que pesem argumentos contrários. Negociações comerciais com outros blocos econômicos, investimentos conjuntos com outros países em áreas como infraestrutura e iniciativas de integração regional são exemplos de vantagens a serem obtidas pelo incremento das relações exteriores (STUENKEL, 2017).

Nesse sentido, os pressupostos do neoliberalismo reforçam a importância dos relacionamentos entre os países (NYE Jr, 1988) e o Brasil reconhece a relevância de se aumentar a interação com o continente africano, seja por meio de sua Escola Geopolítica, ou pelas recentes ações da política externa brasileira para a África (BRASIL, 2017).

Desse modo, ainda que os interesses brasileiros não estejam diretamente relacionados com a crise na República Centro-Africana, uma participação ativa do país na MINUSCA fortaleceria sua legitimidade para influenciar futuros debates sobre as questões africanas (STUENKEL, 2017), o que também é afirmado por Aguilar (2015).

Assim, fruto do analisado, é lícito supor que a falência do Estado, as crises humanitária, econômica e social, e o conflito que assola a RCA geram reflexos negativos para a África e, em consequência, também na sua porção ocidental, podendo influenciar, portanto, as ações geopolíticas brasileiras para o continente africano, porquanto a instabilidade que impera na República Centro-Africana repercute de forma negativa para a ZOPACAS, para a África do Sul - a qual é peça chave na estabilidade do continente - e para a manutenção da paz na África como um todo.

5 Considerações finais

O determinismo geográfico observado entre Brasil e África já é suficiente para acarretar uma natural aproximação entre o país e aquele continente. As próprias teses geopolíticas nacionais confirmam isso, ao mencionar a importância estratégica da África para o Brasil e a necessidade de se manter a estabilidade e a segurança do sul do Oceano Atlântico. Afinal, o Atlântico Sul é fundamental para o desenvolvimento econômico e social, seja do Brasil, seja do continente africano como um todo, sobretudo por concentrar grande parte das rotas comerciais de ambos os lados do Oceano.

Os estudos de geopolítica no Brasil, quando tratam sobre a África, concentram-se bastante em sua parte ocidental, haja vista a própria proximidade e relevância, na medida em que se trata do entorno estratégico brasileiro. No entanto, a globalização, a interdependência econômica entre os países e a transnacionalidade das ameaças atuais (o terrorismo e o crime organizado), as quais encontram terreno fértil em “Estados falidos” para suas atividades, são aspectos que contribuem para a permeabilidade das fronteiras, potencializando, muitas vezes, os problemas de um Estado para muito além de suas faixas fronteiriças. Nesse sentido, os argumentos analisados sugerem que a questão centro-africana tem potencial considerável para afetar a geopolítica brasileira no continente africano, em que pese não estar diretamente contida no entorno estratégico do Brasil.

Dessa forma, a participação brasileira com tropas na MINUSCA seria uma ação viável, sob a ótica da geopolítica, na medida em que contribuiria para a estabilização do centro da África e, em consequência, de todo o continente, inclusive de sua porção atlântica, a qual é o principal foco da política externa do Brasil para a África. Ademais, o incremento na quantidade de tropas brasileiras sob a égide da ONU contribuiria sobremaneira para a projeção do país no exterior, tornando-o um ator de peso nas decisões da política internacional.

As vantagens que podem ser extraídas pelo país nas suas relações exteriores são inúmeras. Investimentos na área de defesa, aumento da cooperação Brasil-África, melhoria da imagem do Brasil no âmbito global e manutenção da paz no Atlântico Sul são alguns dos ganhos que podem ser elencados com uma maior projeção brasileira, por meio das missões de paz da ONU no continente africano. Até porque seria conveniente que o êxito obtido pelo componente militar na MINUSTAH fosse aproveitado pelo Brasil, uma vez que o país está em evidência perante a Organização das Nações Unidas, a qual tem exigido um maior envolvimento do país com as operações de paz.

Entretanto, deve-se reconhecer que uma decisão política de enviar contingentes militares para um país fora do entorno estratégico brasileiro abarca outras questões que não somente a geopolítica. Nos dizeres de Aguilar (2011), é uma questão que envolve motivações que vão desde a ajuda humanitária, desprovida de qualquer outra intenção, até a projeção internacional propriamente dita.

Para tal, sugere-se a realização de estudos voltados para o impacto político e econômico da participação de tropas brasileiras na MINUSCA e as implicações logísticas para o componente militar para o desdobramento de seus meios na RCA, haja vista o custo envolvido no envio de tropas para o exterior e a dificuldade imposta à logística pela ausência de saída para o mar para aquele país.

Cabe lembrar o compromisso do Brasil com a solução pacífica dos conflitos, a defesa da paz e a prevalência dos direitos humanos que constam na sua Carta Magna, sendo princípios fundamentais que regem suas relações internacionais. Desse modo, além das condicionantes geopolíticas recomendarem uma maior inserção brasileira na África, existe a questão da responsabilidade de proteger a população civil da RCA, fortemente impactada com um conflito que tem extrapolado suas fronteiras nacionais e que tem afetado consideravelmente as nações vizinhas.

Referências

ABDENUR, A. E.; KUELE, G. República Centro-Africana: raízes históricas e causas imediatas do conflito. **Policy Brief**, Rio de Janeiro, n. 1, 2017.

AGUILAR, S. L. C. A participação sul-americana nas operações de paz da ONU: algumas considerações. **Security and Defense Studies Review**, Washington, DC, v. 12, n. 1, p. 99-116, Winter, 2011.

AGUILAR, S. L. C. A participação do Brasil em operações de paz: passado, presente e futuro. **Brasília— Journal for Brazilian Studies**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 113-141, 2015. ISSN 2245-4373.

ARRUDA, J. J. **História moderna e contemporânea**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1988.

ASSIS, R. A. **A política externa brasileira para o continente africano**. 2011. Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2011.

BOUITY, P. La prevention et la resolution des conflits en Afrique Centrale et les operations de peacekeeping. **Strategy Research Project**, Carlisle, 1996.

BROZOSKI, F. P. C.; PADULA, R. A geopolítica dos mares como fator estratégico para a integração da América do Sul. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 95-113, 2016. ISSN 2238-6912.

BUNTING, I. Lord's Resistance Army: rebel organization. **Encyclopædia Britannica**, Chicago, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2BU1rKl>. Acesso em: 12 fev. 2019.

BRAGA, S. R. Sentos, Consensos e Dissensos: itinerários geopolíticos de Ratzel a Lacoste. **Revista de Geopolítica**, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 146-163, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2BVg2F5>. Acesso em: 1 fev. 2012.

BRASIL. Constituição (1988). *In*: LAZZARINI, A. (org.) **Lex: código penal militar, código de processo penal militar, estatuto dos militares, constituição federal, legislação penal, processual penal e administrativa militar**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Repertório de Política Exterior: 2º trimestre**. Brasília, DF: Funag, 2017.

CAMPOS, L. M. C. L. *et al.* O conflito na República Centro-Africana. **Série Conflitos Internacionais**, Marília, v. 3, n. 1, 2016. ISSN 2359-5809.

CARVALHO, T. B. **Geopolítica brasileira e relações internacionais nos anos 50**: o pensamento do general Golbery do Couto e Silva. Brasília, DF: Funag, 2010.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **The World Factbook**: Central African Republic. Disponível em: <https://bit.ly/JdTe5V>. Acesso em: 18 out. 2017.

COSTA, M. G. Brasil e Zopacas: a manutenção do *status quo* e a projeção no Atlântico Sul. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS, 1., 2013, Porto Alegre. **Anais eletrônicos** [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2VocCCg>. Acesso em: 15 out. 2017.

FREITAS, J. M. C. **A escola geopolítica brasileira**: Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, Therezinha de Castro. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2004.

GABRIEL, P. H. L. **O pensamento geopolítico brasileiro**: a originalidade das contribuições de Carlos de Meira Mattos. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégico da Defesa e da Segurança) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

GARBIN, L. Após 13 anos, Brasil deixa o Haiti. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 26 ago. 2017, Internacional. Disponível em: <https://bit.ly/2Eysr3x>. Acesso em: 26 fev. 2019.

GIELOW, I. Brasil estuda novo comando de força de paz após fim da missão no Haiti, **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 13 mar. 2017a.

GIELOW, I. Brasil quer enviar tropas à República Centro-Africana após deixar Haiti. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 16 jul. 2017b.

GILES-VERNICK, T. L.; O'TOOLE, T. E.; VAN HOOGSTRATEN, J. S. F. Central African Republic. **Encyclopædia Britannica**, Chicago, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2NtxdSO>. Acesso em: 18 out. 2017.

GIROUX, J.; LANZ, D.; SGUAITAMATTI, D. The tormented triangle: the regionalisation of conflict in Sudan, Chad and the Central African Republic. **Crisis States Working Papers**, London, n. 2, p. 1-24, 2009. ISSN 1749-1800.

KAH, H. K. A insurgência *séléka* e a insegurança na República Centro-Africana entre 2012 e 2014. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 40-66, 2016. ISSN 2448-3923.

MARQUES, P. G. **A resposta militar da União Europeia na estabilização da República Centro-Africana**. 2015. Relatório de pesquisa (Mestrado de Relações Internacionais) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

MATTOS, C. M. A geopolítica brasileira: predecessores e geopolíticos. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, ano 17, n. 39, p. 58-82, 2000. ISSN 0102-1788.

MIGON, E. X. F. G.; SANTOS, C. A. G. África & Brasil: parceria para o desenvolvimento. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 28, p. 35-46, 2013. ISSN 2316-4891.

NASCIMENTO, L. H. F. **O ocidente como ideal, propósito e programa: a ESG e a geopolítica do Brasil de Golbery do Couto e Silva**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

NEVES, A. L. V. Atlântico Sul: projeção estratégica do Brasil para o século XXI. *In*: GHELLER, G. F.; GONZALES, S. L. M.; MELO, L. P. (orgs.). **Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa do Brasil**. Brasília, DF: Ipea, 2015. p. 233-261.

NYE Jr., J. S. Neorealism and neoliberalism. **World Politics**, New York, v. 40, n. 2, p. 235-251, 1988.

RIBEIRO, J. M. T. **A participação brasileira em missões de paz: a contribuição para a inserção internacional do país**. 2014. Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2014.

STUENKEL, O. Envio de tropas brasileiras à África Central seria boa notícia para o Brasil e o mundo. **El País**, Madrid, 13 set. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2FG23Sz>. Acesso em: 26 fev. 2019.

TRAVASSOS, M. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

UNITED NATIONS. General Assembly. **A/RES/41/11: declaration of a zone of peace and co-operation in the South Atlantic**. New York, 1986. Disponível em: <https://bit.ly/2EcId2S>. Acesso em: 26 fev. 2019.

UNITED NATIONS. **Resolution 1542 (2004)**. New York, 30 Apr. 2004.

UNITED NATIONS. **Resolution 2149 (2014)**. New York, 10 Apr. 2014.

VIEIRA, F. B. A geopolítica brasileira: um caso de “Destino Manifesto”? **Revista de Economia Política e História Econômica**, São Paulo, n. 6, p. 51-65, 2006. ISSN 1807-2674.